

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2012
(Do Sr. Carlos Souza)

Requer que a Comissão de Minas e Energia realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle para fiscalizar os investimentos da Eletrobrás Amazonas Energia e para realizar auditoria operacional objetivando verificar o nível de qualidade dos serviços prestados pela Concessionária no Estado do Amazonas, bem como a eficácia das medidas fiscalizadoras adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Senhor Presidente:

Nos termos dos incisos IV, VI, VII e VIII do art.71 da Constituição Federal e conforme os incisos I e II do 60 e art. 61 c/c o §1º do art. 100, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, **REQUEIRO** sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com vistas a realizar ato de fiscalização e controle para fiscalizar os investimentos da Eletrobrás Amazonas Energia e para realizar auditoria operacional objetivando verificar o nível de qualidade dos serviços prestados pela Concessionária, no Estado do Amazonas, em razão dos frequentes apagões, conforme amplamente noticiado pela imprensa, bem como a eficácia das medidas fiscalizadoras adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

JUSTIFICAÇÃO

A falta de energia tornou-se rotina na vida da população da cidade de Manaus, que deixou de ser o principal centro financeiro e econômico da Região Norte para ser a capital do apagão. As interrupções de energia elétrica, que antes ocorriam esporadicamente, viraram uma constante realidade na vida de moradores, empresários e multinacionais da Grande Manaus.

Os seguidos blecautes tem levado o caos à vida dos cidadãos/contribuintes, que são submetidos a todos os dissabores. Os agastamentos vão desde a simples escuridão no interior de suas residências, às vias engarrafadas devido à falta de sinalização, ou mesmo à interrupção fornecimento de água como ocorreu nesta segunda-feira (19) e no domingo (18), em razão da paralisação do Complexo de Produção da Ponta do Ismael, responsável por mais de 80% do fornecimento de água a toda cidade de Manaus. Os bairros Planalto, Redenção, ambos na Zona Oeste e Nova Cidade, na Zona Norte, foram alguns dos locais onde os moradores tiveram que enfrentar problemas de abastecimento.

Em razão da ausência de investimentos na rede de distribuição, que não acompanharam a crescente demanda, as contínuas interrupções de energia na capital amazonense tem provocado perdas a todos os segmentos da economia, principalmente às empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus, fabricantes de aparelhos elétricos, eletrônicos e termoplásticos (o PIM possui cerca de 80 fábricas de ingestão plástica com um total de empregos que ultrapassa os 10 mil), e às demais dos ramos de metalurgia, siderurgia, da cadeia petroquímica, e as fabricantes de cerâmica e vidro que estão entre as mais afetadas pelas quedas do fornecimento de energia, cuja suspensão chega a até seis/oito horas de duração.

No último mês de fevereiro, a concessionária Eletrobrás Amazonas Energia foi multada em R\$ 3 milhões, em razão do blecaute que

aconteceu no dia 11 de novembro do ano passado, que prejudicou, além de Manaus, os municípios de Iranduba e Presidente Figueiredo, integrantes da Região Metropolitana. No dia 6 de janeiro deste ano, novo apagão foi registrado. Neste mês de março, a constante falta de abastecimento vem se intensificando desde a última sexta-feira (16/03/2012).

Não podemos ficar à mercê do caos energético da capital amazonense, onde se localiza um importante polo industrial de eletroeletrônicos e veículos sobre duas rodas, fazendo-se necessário que se resolvam urgentemente os graves fatos relatados, que afetam diretamente não só a atividade econômica mas, também, a vida de milhares de moradores da capital amazonense e demais municípios que compõem a Região Metropolitana.

Portanto, considerando que ao Congresso Nacional foi atribuída a competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, temos como oportuno e conveniente que se solicite ao Tribunal de Contas da União, órgão técnico auxiliar do Congresso Nacional, que promova auditoria para verificar se as obrigações assumidas pela Eletrobrás Amazonas Energia, dentre as quais se incluem os planos de investimentos e o nível de qualidade dos serviços prestados vêm sendo cumpridos, nos termos contratados, e se a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) tem exercido com eficácia o seu papel de agência reguladora, inclusive mediante a aplicação de multas à Concessionária por eventuais irregularidades por ela cometidas.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Carlos Souza